

CNPJ
02.703.789/0001-72

Razão Social
MUNICIPIO DE BETANIA DO PIAUI - CAMARA MUNICIPAL

Período de Apuração
Março/2024

Data de Vencimento
19/04/2024

Número do Documento
07.16.24092.1632193-0

Pagar este documento até

19/04/2024

Observações
Nº Recibo Declaração: 50000218612803

Valor Total do Documento

9.361,25

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
1082	CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO	4.796,35			4.796,35
	01 CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO				
	PA:03/2024 Vencimento:19/04/2024				
1138	CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	4.057,69			4.057,69
	01 CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS				
	PA:03/2024 Vencimento:19/04/2024				
1646	CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO	507,21			507,21
	01 CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO				
	PA:03/2024 Vencimento:19/04/2024				
	Totais	9.361,25			9.361,25

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

85820000093 7 61250385241 6 10071624092 7 16321930475 5



CNPJ: 02.703.789/0001-72
Número: 07.16.24092.1632193-0
Pagar até: 19/04/2024
Valor: 9.361,25

Pague com o PIX



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb

CNPJ/CPF	02.703.789/0001-72
Nome	MUNICIPIO DE BETANIA DO PIAUI - CAMARA MUNICIPAL
Período de apuração	03/2024
Declaração Retificadora	Não
Identificação da apuração de débitos	25071041660 / eSocial

Totalização dos tributos apurados no período

Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 4.858,39	R\$ 4.796,35
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 4.564,90	R\$ 4.564,90
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.423,29	R\$ 9.361,25

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretroatável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Também não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	MAURICIO MARIO COELHO
CPF	005.714.763-92
Telefone	-

Recibo de Entrega da DCTFWeb

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	01/04/2024 12:12:30
Nº do recibo de entrega	0000050000218612803
Esta DCTFWeb foi assinada com o certificado digital de NI:	02.703.789/0001-72